

CARNE, PEDRA E COMÉRCIO SEXUAL:
A FORMAÇÃO DA ZONA DO MERETRÍCIO (1955) DE CAXIAS DO
SUL (RS) ATRAVÉS DO JORNAL *PIONEIRO*¹

MEAT, STONE AND SEX TRADE:
THE FORMATION OF THE PROSTITUTE AREA (1955) OF CAXIAS DO
SUL (RS) THROUGH THE *PIONEIRO* JOURNAL

ANDRÉ LUIZ PAZ²
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O presente artigo objetiva abordar a formação da Zona do Meretrício de Caxias do Sul (RS) em 1955, analisando a prática discursiva do jornal *Pioneiro* (1948), que deu continuidade a *Campanha pelo Saneamento Moral da Cidade*, iniciada nos anos 1930, buscando a higienização do espaço urbano. Portanto, parte deste trabalho trata das políticas de segregação espacial que contribuíram para a constituição da região central e das periferias da cidade. Em seguida, será considerada a relação desse controle do espaço com a existência, nos anos 1940, de uma cartografia da prostituição no ambiente urbano. Essa cartografia, posteriormente, sob pressão da imprensa e outros personagens,

Abstract: The present article aims to address the formation of the Prostitution Zone of Caxias do Sul (RS) in 1955, analyzing the discursive practice of the newspaper "Pioneiro" (1948), which continued the Campaign for the Moral Sanitation of the City initiated in the 1930s, seeking to sanitize the urban space. Therefore, a part of this work deals with the policies of spatial segregation that contributed to the constitution of the city's central region and its outskirts. Next, the relationship between this spatial control and the existence, in the 1940s, of a cartography of prostitution in the urban environment will be considered. This cartography, later

¹ O presente artigo possui relação com a pesquisa em desenvolvimento do mestrado, em que o periódico *Pioneiro*, constitui-se enquanto fonte.

² Mestrando em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES. Orientado pelo Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha. E-mail para contato: andre-paz@live.com.

tenderia a ser isolada em um local específico, designado na margem da BR 116, distante o suficiente da área urbana central, residencial e industrial e aglomerada o bastante para ser vigiada e controlada.

under pressure from the press and other figures, would tend to be isolated in a specific location, on BR 116, distant enough from the central, residential, and industrial urban area, and clustered enough to be monitored and controlled.

Palavras-chave: Zona do Meretrício, Prostituição, Caxias do Sul

Keywords: Prostitution Zone, Prostitution, Caxias do Sul

INTRODUÇÃO

A bibliografia sobre a cidade tem demonstrado que esta tem sido pensada para ser habitada e praticada por humanos, fabricando seus significados próprios através da reunião entre corpos e espaços, carne e pedra, como nos lembra Richard Sennett (2014). Durante o período moderno, o sexo e a sexualidade, como indica Michel Foucault (1988), assumiram centralidade no desdobramento dos saberes médico-jurídicos, passando a funcionar em todo o Ocidente como tecnologias de controle e padronização da vida, agindo sobre os corpos e produzindo técnicas de normatização das identidades sexuais, discursos sobre a masculinidade e a feminilidade e suas disposições no espaço urbano.

Discussões sobre sexualidade e sua relação com o espaço urbano já vem sendo enfrentadas pela historiografia brasileira especializada³. Conforme Aline Karen Matté (2008, p. 156), no caso de Caxias do Sul (RS), essa temática apareceu superficialmente na historiografia regional, constituindo uma lacuna que “corroborava com uma tradição da memória regional que identificava a comunidade ítalo-gaúcha [...] como os

³ Como é o caso da geografia da prostituição em São Paulo (SP), entre 1890 e 1940, estudada por Margareth Rago (1991) e as intervenções do discurso médico no mundo da prostituição do Rio de Janeiro (RJ), de 1834 a 1890, pesquisadas por Magali Gouveia Engel (1989). Ou, então, o estudo de Ivonete Pereira (1996), que aponta para esse mesmo movimento de reformulação do espaço público de Florianópolis (SC), nas primeiras quatro décadas do século XX. Florianópolis – SC. 1996.

seguidores fiéis do catolicismo e de seus dogmas”. De modo que o comércio sexual supostamente inexistia e a sexualidade parecia se manifestar somente sob a imposição de uma moral religiosa rígida e intransigente que não deixava brechas para outras experiências além do matrimônio.

Além do estudo de Matté (2008), outras pesquisas⁴ se dedicaram a lançar luz sobre a temática da prostituição na região. Contudo, os trabalhos já produzidos abordam o recorte temporal entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Em uma perspectiva histórica do comércio sexual em Caxias do Sul, a década de 1950, mais especificamente 1955, se configura como um marco temporal, pois é a partir desse período que a prostituição, em tese, passa a ser confinada na Zona do Meretrício da cidade, mantida até a década de 1990.

Nesse sentido, o presente trabalho parte das abordagens já produzidas para contextualizar os movimentos públicos e políticos que levaram à formação da Zona. Tendo como objetivo interpretar essa tentativa de confinamento das meretrizes através da produção discursiva do jornal *O Pioneiro*, fundado em 1948 em Caxias do Sul. Sob ordem de influência partidária integralista, o periódico deu continuidade a uma *Campanha pelo Saneamento Moral da Cidade*, iniciada em 1930, que propunha a transferência das casas de tolerância para um território afastado do perímetro urbano central.

Para tanto, a presente pesquisa discute a constituição da região central e das periferias da cidade entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, através de políticas de segregação espacial que representavam as disputas territoriais pela geografia urbana. Relacionando esse aspecto com a existência de uma cartografia da prostituição nos anos 1940, que posteriormente tenderia a ser isolada em um local específico.

⁴ GIRON, Loraine Slomp. O Som do Silêncio: sexo e prostituição na colônia. IN: **Coletânea Cultura e Saber/UCS**. V. 3, n.2, Caxias do Sul: 1999. (p. 117 a 134); RAMPANELLI, Karine. **Moral e sexualidade em Caxias do Sul na década de 30: prostituição e poder**. Monografia (graduação). Universidade de Caxias do Sul. 2018; COMARÚ, Itamar Ferretto. Letras nos jornais, sexo nas ruas... a prostituição infantil, em terras de imigrantes, é coisa d'O Momento. **Revista Científica Digital - Publicidade e propaganda, Jornalismo e Turismo**. Junho de 2018, p. 106-120.

O artigo foi organizado em quatro partes: a primeira destinada a abordagem da fonte, conforme proposto por Luca (2008, p. 111-153); suas características físicas e especificidades, a equipe editorial, os gêneros textuais utilizados e o contexto político e social da cidade no período de produção do periódico em 1948. Na segunda parte, discute-se a constituição da geografia da pobreza, a partir do investimento das autoridades na morfologia urbana e das políticas de segregação político-espacial da região central, que contribuíram para a formação das regiões periféricas de Caxias do Sul.

A terceira parte aborda as práticas urbanas de lazer e reconstitui os espaços de prostituição da cidade na primeira metade do século XX em relação a divisão socioespacial do território, bem como, discute as reações públicas e as medidas das autoridades a respeito desses hábitos. A quarta e última parte discute a produção discursiva do *Pioneiro* sobre a emergência em “localizar o meretrício”, revelando os atores e setores envolvidos nesse processo que ocasionou na constituição da Zona do Meretrício em 1955.

A FUNDAÇÃO DO JORNAL *PIONEIRO* (1948)

Fundado em Caxias do Sul no ano de 1948, segundo Pozenato e Giron (2004), o *Pioneiro* surge a partir da iniciativa do deputado estadual Luiz Compagnoni e outros membros da antiga Ação Integralista Brasileira (AIB), reunidos a partir de 1945 sob a sigla do Partido de Representação Popular (PRP). Tinha duas ordens de influência: uma voltada para a valorização das raízes socioculturais da cidade e outra político partidária, ligada à AIB⁵, visto que os ideais do integralismo não encontravam espaço suficiente na imprensa local.

⁵ Aprofundar a discussão a respeito da ordem de influência do periódico ligada ao integralismo não é objetivo deste trabalho, embora seja válido mencionar a representação desses ideais em Caxias do Sul. Podemos, por exemplo, considerar a própria figura de Luiz Compagnoni, que já havia participado, inclusive como diretor, de *O Bandeirante*, jornal explicitamente integralista, publicado de 1935 a 1937 na cidade.

O Pioneiro indicava ir na contramão da transição da imprensa partidária para a imprensa empresarial que ocorria por volta dos anos 1950 (RIBEIRO, 2003). Contudo, além de seu caráter ideológico, mantinha-se através de recursos publicitários. De acordo com Porto (2021, p. 18), já nas primeiras edições “vemos o grande espaço dado aos anúncios pagos nas páginas do impresso [...] variados em forma, tamanho e posicionamento na página, desde pequenos nos cantos, até grandes anúncios centralizados e em letras garrafais”.

A estrutura do jornal, desde o início, era constituída de seções específicas, voltadas para o colono, o operário, a mulher, além de serem recorrentes “notas, reportagens e entrevistas que trazem em si aspectos religiosos, especificamente ligados à Igreja Católica” (ibidem, p. 31). Nesse sentido, abria espaço para que figuras religiosas, políticas e representantes da elite local se expressassem nas páginas, “comum também são as referências a outras cidades da região, não ficando o jornal preso somente à Caxias” (ibidem).

O fato de o periódico ter suas especificidades discursivas ligadas, por um lado, à valorização da cultura italiana e, por outro, aos ideais integralistas é representativo do final dos anos 1940. Visto que, tanto uma quanto a outra, foram reprimidas durante o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945) e, com o fim do regime, puderam ser reorganizadas novamente. Sobre a repressão à cultura estrangeira, consideremos as políticas nacionalistas do período, que buscavam a criação de um estado único e uma identidade brasileira, banindo a diversidade regional desenvolvida nos núcleos de colonização.

Caxias do Sul, geograficamente, está situada no extremo Sul do Brasil, na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Em função de um passado particular, relacionado à políticas imperiais do século XIX e o movimento imigratório de colonos italianos a partir de 1875, esse território é frequentemente abordado como Região Colonial Italiana (RCI). Segundo Pozenato (2003), nesse espaço, a identidade cultural do imigrante italiano se constituiu de maneira acentuada, dado ao isolamento dos primeiros anos de colonização. Um dos principais traços

culturais desenvolvidos foi o instrumento de comunicação, dialetos de diferentes regiões da Itália se transformaram em uma nova língua (*Talian*), utilizada também em outros núcleos de colonização italiana.

Durante o Estado Novo buscava-se a “assimilação das comunidades de imigrantes, principalmente a partir da imposição de políticas linguísticas repressivas” (CASTRO, 2021, p. 40). As regiões onde imigrantes “havia organizado escolas, igrejas, imprensa e associações que contribuíam para a preservação da língua e costumes” (GERALDO, 2009, p. 174), passaram a ser tratadas como “quistos étnicos” ou “zonas desnacionalizadas”, ainda:

A preocupação do governo Vargas com os núcleos coloniais se tornou ainda mais intensa a partir de 1941, quando este governo assumiu uma posição de apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, fazendo com que uma vasta população de origem ou ascendência estrangeira – japoneses, alemães e italianos – fosse transformada em inimigos da pátria (ibidem).

Nesse sentido, o período de fundação do periódico é marcado pela abertura política, com a possibilidade do integralismo se reorganizar com uma nova roupagem, e o encerramento das políticas nacionalistas estado-novistas, viabilizando uma reelaboração da figura do imigrante. Esse último aspecto, é ainda mais representativo no periódico, se levarmos em consideração a aproximação das comemorações do 75º aniversário de colonização em 1950.

Segundo Comarú (2020, p. 100), em Caxias do Sul, “desde os primórdios da região, os imigrantes italianos e seus descendentes detiveram parte do poder sob os meios de comunicação, especificamente os jornais locais e regionais”, que, por meio das línguas italiana e portuguesa, propagavam “ideias e ideais tanto no campo informacional quanto ficcional” (ibidem). Sendo este, um dos recursos, entre tantos outros (tais como as festividades regionais e os espaços de memória), que “criaram o imaginário de Região Colonial Italiana e sua gradual

padronização cultural” (ibidem), produzindo a atualização do mito fundador.

O Pioneiro se configurou como um destes recursos de produção do imaginário coletivo sobre a comunidade local, não somente pela carga discursiva de valorização da cultura de imigrantes italianos, mas pelas suas campanhas memorialísticas. Por exemplo, foi um dos responsáveis, em conjunto com a *Rádio Caxias*, pela campanha iniciada em 1949, em favor da construção do Monumento Nacional dos Imigrantes, proposta do deputado Luiz Compagnoni, em homenagem aqueles considerados os “pioneiros da região”. Entre embates e discussões, o jornal defendeu continuamente a produção da obra e a imagem que ela deveria representar, sendo inaugurada em 1954 na BR 116, com a presença do então presidente Getúlio Vargas.

Conforme o texto *A preocupação de O PIONEIRO pelo bem público*, onde o periódico indica seus objetivos, descrevia-se como “modelador de ideias, aferidor de opiniões e orientador da consciência coletiva” (O PIONEIRO, 19/03/1949). Ainda, neste texto, esclarece que objetivava focalizar os problemas fundamentais caxienses, entre eles a necessidade de alocar o meretrício em uma região específica, como já mencionado, dando continuidade à *Campanha pelo Saneamento Moral da Cidade*.

Nesse sentido, adotava uma identidade discursiva de organizador do ambiente social frente a sua representação da aceleração caótica e dos “lugares patológicos” da cidade, propondo debates, movimentos e campanhas que pressionavam transformações funcionais, estéticas e memoriais dos espaços. Além das transformações dos espaços num viés memorialístico e saudosista, o periódico tratava de abordar e procurar inferir no processo de urbanização da cidade e na morfologia do centro. Conforme Bossi (2018) entre 1948 e 1951 o periódico publicou uma série de artigos e matérias destacando a urgência do desenvolvimento de um plano diretor para organizar a ocupação do espaço urbano, aspecto abordado a seguir.

ESPAÇOS PLANEJADOS E AMBIENTES IMPROVISADOS: A GEOGRAFIA DA POBREZA (1875-1940)

Sandra Pesavento (2008, p. 04), ao refletir sobre os espaços urbanos utiliza a metáfora do corpo humano, considerando o centro como o coração, visto que, nos processos de constituição das cidades, este constitui o “núcleo original, o ponto de partida nodal de uma aglomeração urbana, [...] marco zero de uma cidade, local onde tudo começou [...], o sítio portador do traçado original da urbe”. A autora estabelece como três componentes que presidem a formação e realizam a manutenção de um centro urbano: os elementos estruturais de organização do espaço físico, a apropriação deste espaço no tempo e a dotação de uma carga imaginária portadora do simbólico e das sensibilidades.

Desse modo, este tópico aborda as características físicas e a carga simbólica atribuída a região central da cidade, principalmente a praça Dante Alighieri, utilizada como parâmetro nas políticas higienistas de transferência das casas de tolerância de suas adjacências. A área urbana de Caxias de Sul foi planejada nos primeiros anos de colonização, e teve a sua planta organizada em 1879, com a demarcação dos lotes durante os anos posteriores, seguindo o traçado original com formato de tabuleiro de xadrez, também conhecido como Rede Romana. De acordo com Maria Abel Machado (2001), a praça Dante Alighieri foi construída sobre o marco zero da cidade, tendo a definição de implantação nesse primeiro mapa que determinou o traçado da colônia.

Segundo Doris Baldissera (2011), a adoção desse traçado ocorreu devido sua simplicidade de execução, entretanto, o projeto não considerou as questões morfológicas e ambientais do espaço e a planta foi sendo adaptada conforme as inconveniências de execução. Entre redução de quarteirões, alteração da localização do cemitério e do barracão, utilizado para recepção dos imigrantes, a instalação da praça se manteve no quarteirão formado pelas atuais ruas Sinimbu, Marquês do Herval, Doutor Montauray e avenida Júlio de Castilhos.

Esta última, denominada na época de Silveira Martins, foi a primeira via aberta, conhecida como Rua Grande pela extensão e largura. No entorno haviam “pequenas e rústicas casas de madeira, com seus varais de roupas coloridas, estendidas ao vento, crianças brincando em frente às casas, misturadas aos animais soltos” (MACHADO, 2001, p. 73). Configurava o “primeiro lugar urbano de Caxias do Sul, especialmente após a demarcação da praça central, a edificação da igreja e o surgimento de casas de comércio” (BALDISSERA, 2011, p. 62).

Baldissera (2011) observa que a instalação da praça e da igreja se deram no ponto mais alto do relevo da região, que propiciava a visualização do entorno sem obturação visual, aspecto que foi sendo modificado no processo de crescimento da cidade. Em um primeiro momento de colonização, o espaço religioso era organizado em espaços provisórios. A igreja, Catedral de Santa Teresa, teve sua construção iniciada em 1984, em frente à praça, primeiro em madeira e depois em alvenaria, sendo inaugurada em 1899.

Carolina Fedatto (2013, p. 122) aponta que em territórios colonizados, a igreja exerceu papel fundante. A construção do centro se dava a partir do núcleo religioso e os saberes aí legitimados, ligados à espiritualidade, aos bons costumes e à “identificação pelo saber (d)a fé”, impondo sua memória católica “através do arquivo de seu *nome* e de sua *arquitetura* [...] sua presença na cidade através da centralidade e visibilidade da igreja”.

De acordo com Elizete Balbinot (2014), no contexto do processo emancipatório, Caxias não possuía uma legislação própria e o governo do estado autorizou o uso de um Código de Posturas, sancionado em 1883, buscando a organização administrativa do espaço geográfico e do comportamento da sociedade. Conforme a autora, o objetivo dessa política era a organização de uma geografia da pobreza na cidade, pois tendiam a ser banidos da área urbana os grupos sociais que viviam em casas em condições rudimentares ou “amontoadas”, sem recursos para atender às exigências.

A ordenação do espaço urbano se dava por meio “mecanismos reguladores que vigiavam e puniam os proprietários das edificações ‘rústicas’ que não atendessem ao *aformoseamento* desejado” (ibidem, p. 46, grifos da autora). Os comportamentos ditos imorais eram associados à pobreza e as intervenções “objetivavam prevenir a proliferação de enfermidades” (ibidem, p. 45), num viés médico-higienista.

No início do século XX, a cidade contava com uma população de 20.997 habitantes⁶ e apresentou um significativo crescimento econômico, “transformando-se em um centro de intensa produção agrícola e de intercâmbio comercial” (GIRON, HERÉDIA, 2007, p. 86). O estabelecimento da estação ferroviária local, em 1910, a elevação de Caxias à categoria de cidade no mesmo ano e a chegada da energia elétrica, em 1913, “impulsionaram a industrialização, que teve como maior influenciadora, em princípios, a indústria alimentícia, a do vestuário e, posteriormente, a metalúrgica” (SILVA, 2018, p. 44).

Em 1912, José Pena de Moraes se torna intendente, cargo ocupado até 1924, sob seu governo foram iniciadas reformas na área central e reforçadas as políticas de higienização social. De início, a percepção do intendente era de que o traçado urbano em formato de tabuleiro de xadrez era incompatível: “verdadeiro minotauro, capaz de devorar todas as verbas do orçamento” (MACHADO, 2001, p. 68), do mesmo modo, considerava que a cidade possuía certo reconhecimento, associado à sua produção agrícola, mas carecia de infraestrutura urbana.

Entre os projetos iniciados, um dos mais significativos quanto ao aspecto urbano foi a alteração no nivelamento do terreno da Praça Dante, suavizando a topografia acentuada e dinamizando o local com novas funções. Visto que, “aos domingos, a praça tinha também o caráter de mercado público, pois, após a obrigação religiosa de participar da missa na catedral

⁶ BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. **Moral e sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloramento na comarca de Caxias do Sul – 1900 – 1950**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2014. *Apud Fundação de Economia e Estatística (FEE) da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, considerado o Censo de 1803–1950. Porto Alegre, 1981.

[...] os colonos, de forma improvisada, realizavam a venda de seus produtos” (BALDISSERA, 2011, p. 78).

No entorno da praça, passaram a ser construídas edificações em alvenaria que substituíram as casas rústicas do início do povoamento. O comércio produzia a aglomeração de indivíduos levando ao “desenvolvimento da zona urbana, [...] auxiliado também pela vinda de outras levas de italianos que não eram ligados à agricultura e que se fixaram diretamente na zona urbana onde construíam casas comerciais, oficinas e artesanatos” (BALDISSERA, 2011, p. 78-79). A praça se transformava em espaço comercial, de feiras, encontros políticos e solenidades.

O desenvolvimento industrial e comercial propiciou a utilização da mão de obra barata atraindo muitos grupos, em grande parte constituídos por pessoas pobres, elevando o contingente populacional do município, em 1920, para 33 mil habitantes⁷. Para dar conta dessa realidade, que mesclava “os grupos sociais ditos organizados com os grupos dos indesejados muitos dos quais recém-chegados” (BALBINOT, 2014), o Poder Público repensou a legislação municipal para viabilizar o controle.

A nova legislação, que passou a vigorar em 1921, denominada “Código Administrativo de Caxias”, entre outras determinações, proibia a edificação ou reforma de construções de madeira, sem qualquer distinção, na rua principal da cidade e em outras a serem definidas. Baldissera (2011) esclarece que esse aspecto, presente no código anterior, foi redigido de forma mais contundente e com uma aplicabilidade mais rápida, sendo ratificado na edição do código em 1927, delimitando a área de restrição em 28 quarteirões.

Para Balbinot (2014), nessa situação, dominava um desejo de estabelecer uma divisão imaginária que protegia “os cidadãos do grupo dos indesejados [...] estabelecendo-se, assim, um claro processo de exclusão social e espacial” (p. 61). Os

⁷ BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. **Moral e sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloramento na comarca de Caxias do Sul – 1900 – 1950**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2014. *Apud Fundação de Economia e Estatística (FEE) da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, considerado o Censo de 1803–1950. Porto Alegre, 1981.

pobres, aqueles que eram excluídos do campo social, geralmente, davam origem aos assentamentos irregulares. Núcleos populacionais localizados em áreas de risco, constituídos por sub-habitacões, conhecidas como “barracos”, que gradativamente passaram a subir os morros, equilibrados em construções feitas a partir de “papelão e latas de azeite” (MACHADO, 2001, p. 143).

A multiplicação destes barracos nos anos 1920 deu origem à primeira favela de Caxias do Sul, a Zona do Burgo, popularmente conhecida por “Burgo” e, posteriormente, denominada de bairro Jardelino Ramos. Outra região da cidade que se formou através dessas políticas foi a Zona do Cemitério, atual bairro Euzébio Beltrão de Queiróz, vila que se desenvolveu ao lado do Cemitério Público Municipal. Assim como o Burgo, é uma das comunidades periféricas mais antigas da cidade, com o início da ocupação entre 1920 e 1940, embora, segundo Signori e Santos (2022), essa demarcação temporal seja imprecisa.

Gomes (2008, p. 149) destaca que a presença da população negra em Caxias existe desde o período de colonização e cresceu acompanhando seu desenvolvimento, passando “a abrigar negros e negras que eram: militares, operários, benzedeiros, proprietárias de Casas de Banho, domésticas, arrumadeiras etc”. O autor identifica que a representação dessa população nas regiões do Burgo e da Zona do Cemitério era grande, considerando estes como bairros negros, formados não somente pela segregação espacial classista, mas também étnico-racial.

Nos anos 1930, o centro contava com a infraestrutura básica e vias abertas para atender demandas de transporte. O hábito de celebrar conquistas, associadas à colheita, esteve presente desde o início do povoamento, através de feiras com venda e exposição de produtos como a uva, o vinho, a gaspra, o milho, o trigo e algumas ferramentas agrícolas. Esse tipo de evento culminou na *Festa Nacional da Uva*, realizada pela primeira vez em 1931 (ERBES, 2000).

A partir da segunda edição da festa, as uvas passaram a ser expostas na praça em pequenos pavilhões, iniciando “o ciclo de apropriação urbana da Festa” (CESÁR, MARCOLIN, 2017,

544). Nesse sentido, investiu-se ainda mais no centro como espaço comercial e de sociabilidade, a praça teve seu nivelamento concluído e foram iniciadas reformas que incluíam o calçamento com desenhos de folhas de parreira e cachos de uvas e um chafariz luminoso, que reforçaram o caráter do local como palco da festa.

Para Machado (2001, p. 143), esse espaço público modificado e adaptado se configurou como produto social construído segundo a vontade das elites. Era a primeira etapa de um projeto de construção da cidade, símbolo do poder dos descendentes de italianos, cidadãos caxienses, que, a partir da década de 1930, assumem a administração municipal. Entretanto, depois de 1937, com a instauração do nacionalismo estadonovista, a festa deixou de ser realizada e voltaria a ser comemorada novamente somente em 1950, não mais nos domínios da praça.

Se por um lado, a Segunda Guerra (1939-1945) estimulou uma crise sobre as identidades de imigrantes e descendentes, por outro, impulsionou alguns setores industriais, principalmente o metalúrgico. Nesse período, as indústrias têm suas produções aumentadas, por serem consideradas, pelo governo federal, como “empresas de interesse militar”, fabricando armamento, munição e cobertores para o Exército brasileiro. Contudo, a guerra também produzia a sensação de instabilidade e a elite da região passou a investir naquilo que considerava seguro: compra de terras nas imediações da cidade;

A partir da década de 40, devido à insegurança gerada pelo conflito mundial, os excedentes da produção econômica são aplicados em terras, fora do perímetro urbano. A terra passa a se constituir reserva de valor, faz surgir inúmeros loteamentos que deram origem à maioria dos bairros da cidade. A intuição especulativa passa a determinar o crescimento de aproximadamente dois terços do tamanho da cidade, que não obedece nenhuma diretriz de planejamento urbano, constituindo uma grande leva de loteamentos ilegais (CAXIAS DO SUL, 2010, p. 20).

Simultaneamente, aumentava a população urbana, movimento proporcionado por migrações devido à “falência” de cidades que possuíam sua economia baseada na agricultura (CORRÊA; NUNES; BARROSO; GULLO, 2012, p. 20). O fluxo constante de migrantes e os salários baixos produziram “uma demanda habitacional, que foi suprida pelo mercado paralelo de loteamentos clandestinos; isso provocou um ciclo de ocupação irregular do solo, situada nos limites do perímetro urbano” (SILVA, 2018, p. 61).

Esses loteamentos, que emergiam desde o início do século, se tornam parte da paisagem urbana à medida que o traçado original dos lotes de terras, com formato de tabuleiro de xadrez vai sendo abandonado, concretizando “o primeiro grande surto de crescimento, não dirigido pelo Poder Executivo Municipal” (ibidem, p. 63). Conforme Machado (2001), enquanto os habitantes da zona central moravam no espaço que obedecia ao desenho urbano padrão com necessidades de infraestrutura básicas atendidas, a população pobre precisava se fixar nas regiões periféricas, locais íngremes, sem acesso a saneamento e infraestruturas básicas.

ESPAÇOS DE LAZER, LUGARES DE PRAZER: A CARTOGRAFIA DO DESEJO (1910-1940)

De acordo com Balbinot (2014, p. 60), o desenvolvimento econômico e comercial da cidade no início do século XX proporcionou transformações “nos hábitos culturais, pois a agilidade do transporte e da iluminação trouxe à sociedade condições para passar a frequentar cinemas, cafés, lanchonetes e até mesmo usufruir da Praça Dante, localizada no “coração” do espaço urbano”. Espaços de lazer da área central que se diversificaram posteriormente;

No período compreendido entre 1930 e 1950, além do comércio de secos e molhados, vestuário, tecidos e brinquedos infantis, se encontravam ali instalados hotéis, cafés, cinemas, clubes sociais, instituições bancárias, a igreja de Santa Tereza (Catedral) e o Palácio Episcopal, espaço para a realização de eventos, um palco

para patinação e diversas residências no segundo pavimento tendo o térreo voltado ao uso comercial. (BALDISSERA, 2011, P. 120-121)

Entre os hábitos possibilitados pela variedade de opções de lazer, destacava-se o *footing*;

[...] *footing* [...] era um hábito domingueiro da cidade, importado das grandes capitais, e que envolvia, principalmente, os jovens solteiros. [...] as moças caminhavam em redor das ruas da praça enquanto os rapazes as ‘fogueteavam’ sentados pelos bancos. Caso houvesse interesse entre as partes, partiam em direção a um café ou uma bombonière próximos a praça para uma conversa. Os jovens ainda tinham à disposição alguns cinemas, como o Cine Central e o Cine Guarani, que exibiam filmes nas matinês. Todos esses locais de sociabilidade juvenil serviam para ver e ser visto na sociedade (TESSARI, 2021, p. 68).

Comarú (2018, p. 116) identifica que “o *footing* era um dos tantos indícios que a sociedade local havia se alterado drasticamente em pouco tempo”. Contudo, esse tipo de sociabilidade não deixava de ser atravessada por regramentos, havia o:

[...] tempo do lar, da casa, que se dava no interior; havia o tempo para o trabalho na fábrica, na loja, no escritório e o tempo de lazer, nos cafés, bares, no cinema, nos bordeis, espaços frequentados quase só pelos homens, exceção feita aos cinemas. A missa aos domingos e em dias santos e o *footing* na Praça Dante também faziam parte do espaço de lazer, do qual as mulheres participavam sem restrições. Qualquer papel fora disso era visto como ‘estranho’ ou ‘marginal’. As ruas consideradas espaço para movimentação ficavam desertas nos horários destinados de acordo com o papel que tinham a desempenhar no grupo social (MACHADO, 2001, p. 275).

Machado (2001) considera que nessa sociedade em que o gênero configura e delimita certos espaços, as mulheres participavam do *footing* na praça sem restrições. No local, “namoros e noivados nasciam no *footing*, sinônimo de passeio na

praça para encontrar um par, um namorado e até um marido” (ABREU; GIRON; GIROTO, 2013, p. 34). Entretanto, a prática alterava os costumes dos caxienses e produzia tensões sociais entre o masculino e o feminino (BALBINOT, 2014, p. 130).

O *footing*, como aponta Del Priore (2014, p. 54), asfixiava a “organização tradicional do namoro com bilhetes, palavras bonitas, serenatas, e, ainda mais importante, enfraqueciam as iniciativas casamenteiras da família”. Nesse sentido, Comarú (2018, p. 109), relata que “os jornais, por sua vez, nem sempre seriam complacentes com a prática” e os encantos com a cidade progressista foi gradualmente sendo acompanhada de críticas aos hábitos urbanos;

Os casos de embriaguez, até então corriqueiros, passam a se relacionar nas páginas dos impressos com a vagabundagem, o desemprego, a prostituição, a muito frequente corrupção de menores, trapaças sociais e, até mesmo, um ainda insipiente tráfico de drogas... (ibidem, p. 115).

Aline Karen Matté (2008, p. 75) menciona que o lazer e a diversão aconteciam tanto na zona urbana quanto na rural, o carnaval e outros bailes eram comemorados em clubes no centro ou casas de família do meio rural, embora não fossem recomendados e apoiados por representantes religiosos locais, aconteciam sistematicamente. Festejavam também nas chamadas "serenatas", realizadas nas bodegas, mais frequentadas por homens, pois “cafés e as bodegas ou botequins eram espaços preferencialmente masculinos, onde os homens reuniam-se diariamente após o trabalho, ou aos domingos após a missa, para conversar, beber e jogar”.

No mesmo sentido de Comarú (2018), Matté (2008) identifica, através de levantamento de jornais regionais regulares ou religiosos, que as diversões noturnas da cidade eram interpretadas como prejudiciais à saúde mental e moral de seus praticantes. Três tipo de lazeres, que na maioria das vezes decorriam juntos no discurso jornalístico, eram recorrentemente criticados, embora constantemente praticados e constituíam a “trindade do mal” da região: o álcool, o jogo e a prostituição.

Segundo a autora, o consumo de álcool, principalmente do vinho, era comum em áreas de colonização italiana. O vício ou abuso das bebidas preocupava os representantes religiosos e a imprensa direcionava a repressão ao “consumo em meio aos lazeres noturnos, acompanhado da música, da dança, do jogo e da sensualidade, que associados ao inebriante efeito do álcool produziram pessoas indecorosas e despreocupadas com os pecados” (ibidem, p. 115).

No caso dos jogos, estavam divididos entre lícitos e ilícitos, os legalizados eram formados pelos jogos de carta e bilhares, explorados nos bares, cafés, botequins e pensões, os ilegais diziam respeito aos considerados jogos de azar e na imprensa eram relacionados a imoralidade e a sexualidade. Buscava-se estabelecer uma ligação dos vícios e dos jogos com a diversão noturna e a prostituição, a terceira base da “trindade do mal”.

Sobre a prostituição, Matté (2008) produz um levantamento acerca dos espaços de ocorrência da prática na cidade. De acordo com a autora, as pensões não familiares começam a aparecer nos livros de impostos somente em 1920 e a falta de registros anteriores pode ser explicada “pelo forte controle das autoridades coloniais no início da colonização” (p. 121). Nos livros de registros, entre as profissões que as mulheres se destacavam como proprietárias e profissionais, além de parteiras, era como proprietárias de pensões não-familiares ou cabarés, pensões com sala de jogos, salas de baile, botequins e casas de banho.

Nesse período, são mencionadas a existência de três casas de banho, sendo duas pertencentes a mulheres, situadas próximo ao Arroio Tega. A mais conhecida e que carregava a “má fama” de oferecer serviços sexuais era a de Castorina Alves, “uma mulata forte e bonita que oferecia esse serviço nas proximidades do Burgo” (ibidem, p. 121). Embora os principais frequentadores não fossem os moradores do bairro, “pois os serviços eram muito caros. Geralmente eram jovens filhos de famílias de posses e de origem italiana” (ibidem, p. 122).

Matté (2008) percebe que entre 1920 e 1950, havia uma zona de prostituição localizada;

[...] bem próxima ao centro, na baixada alagadiça situada ao norte da praça Dante Alighieri, a qual compreendia um quadrilátero formado pelas atuais ruas Ernesto Alves, 20 de Setembro, Dr. Montauray e Borges de Medeiros. Ali se localizava o maior número de pensões não-familiares com sala de jogos e vendas de bebidas, e algumas denominadas cabarés onde também aconteciam espetáculos (ibidem).

O local era conhecido como “Grande Zona”, iluminado por lâmpões vermelhos, recebia apresentações de grupos musicais locais ou estrangeiros, “que aos sábados no fim da tarde tocavam nos cinemas e depois desciam para a baixada para tocar nos bordéis” (ibidem, p. 121). Nessa região, estavam situadas as casas de tolerância mais famosas e duradouras, a Pensão Ângela e o Cabaret Salomé, que contavam com sala de baile, palco para apresentações, bar e, ao fundo, quartinhos individuais alugados para relações sexuais entre frequentadores e as mulheres.

Bordéis estavam também localizados em outros espaços, como a Pensão Antonieta que se situava na Rua Guia Lopes, nº 459. Existiam, ainda, algumas pensões isoladas nas proximidades do bairro São Pelegrino. Outro espaço relativo à prostituição pode ser identificado a partir de 1930, quando a imprensa começa a denunciar a existência dos *dancings*. O mais conhecido pertencia a “Otilia de Tal”, localizado na parte baixa da antiga Vila Operária, que realizava bailes no final de semana, frequentados por meretrizes.

Na década de 1940, Matté (2008) verifica a existência do “Beco da Machambomba”, por meio de denúncias publicadas no jornal *O Momento*, que apresenta o local como um conjunto de casa de cômodos onde “morenas, brancas e mulatas” ofereciam seus serviços sexuais através das janelas. O “beco” provavelmente localizava-se próximo à região da Grande Zona, na área central, e recebia esse nome pela oferta de serviços baratos e menos glamourosos. A autora então relaciona e diferencia o funcionamento da “Grande Zona” com o “beco”;

A existência do “Beco da Machambomba” demonstra que ainda na década de 1940 Caxias não contava apenas com os cabarés e dancings mais suntuosos, também é aparente uma prostituição menos luxuosa.

Se nas casas de Ângela, Salomé e Jovina aconteciam shows musicais, espetáculos de dança e muitas vezes as casas eram fechadas pela alta burguesia da cidade para realizarem festas particulares, nas casas definidas como de “baixo meretrício” apenas se encontravam prostitutas dispostas a satisfazerem os desejos dos que não podiam pagar os preços da Grande Zona. (p. 124).

Também nos anos 1940, os depoimentos indicavam a existência de algumas casas de tolerância simples, de chão batido e sem iluminação, com uma ou duas mais sofisticadas, na Zona do Cemitério. Os relatos também citavam o Burgo como local de proliferação de casas de “baixo meretrício”. Na visão de Matte (2008), a constituição desses espaços de prostituição acompanhou a formação dos próprios bairros, já desenvolvidos e populosos na década de 1940. Sendo, em sua maioria, provenientes dali as trabalhadoras das casas de tolerância.

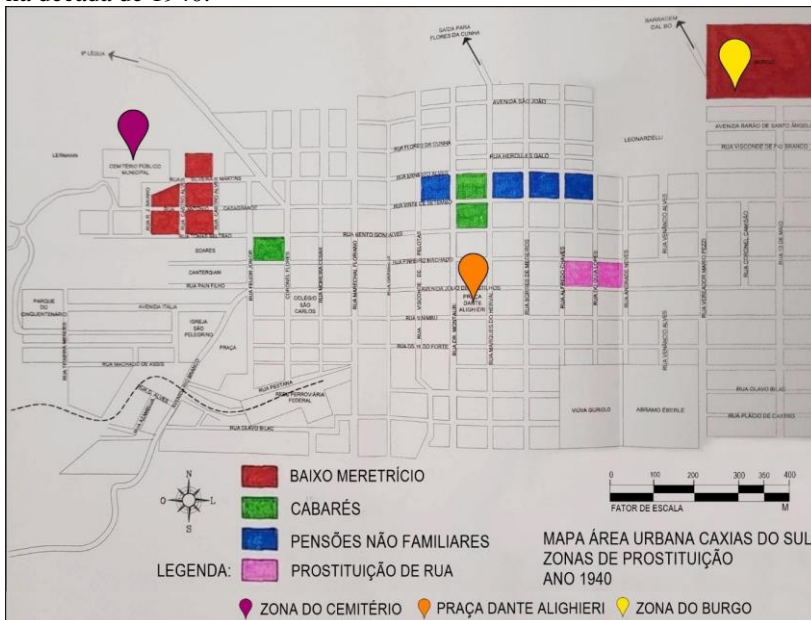
Além dos espaços dedicados propriamente a prostituição, a prática era realizada nas ruas do centro, casos foram identificados no início da década de 1940, através da imprensa, e relatavam restrições de horários para acesso público das meretrizes, reclamações sobre barulho e denúncias de infiltração de “decaídas” no *footing* dominical.

Matté (2008) explora como agiram os saberes médico-jurídicos no controle da prostituição em Caxias. Destacando que a região da Grande Zona na primeira metade do século XX, “era constantemente vigiada pela polícia militar caxiense que, mesmo não tendo especificamente a divisão “de costumes” dedicava-se a repreender esses aspectos” (p. 146). Através do *Relatório Municipal* de 1925, a autora considera que ocorreu o alinhamento com o projeto médico higienista de âmbito nacional em relação à epidemia de sífilis na década de 1920, tratando as meretrizes como grupo propício à disseminação da doença e como consequência a necessidade de controle e vigilância.

Na cidade, essas políticas se deram a partir da “a regulamentação confinatória ou isolacionista, que tolerava o meretrício apenas no âmbito fechado do bordel, aliada à repressão à prostituição de rua” (ibidem, p. 145). A imprensa, nesse caso, tratou de associar a prostituição a criminalidade, pelo menos, desde o final da década de 1920, se tornando mais comum na década de 1930. Nessa época, os crimes nesses locais levavam a restrição de horário de funcionamento para conter possíveis brigas, a vadiagem ou outros delitos. O esforço dos interessados não seria efetivamente à proibição da prática, mas o afastamento da região central.

A partir dos registros encontrados, embora não tenham sido todos mencionados, Matté (2008) produziu um mapa que permite visualizar a cartografia da prostituição na cidade nos anos 1940, principalmente na região central, próximo da Praça Dante, na Zona do Cemitério e no Burgo.

Figura 1: Mapa dos espaços de prostituição na região central de Caxias do Sul na década de 1940.



Fonte: (adaptado de Matté, 2008).

Diante desses e outros casos, a partir da década de 1930, a imprensa regional, primeiramente pelo *Caxias-Jornal*, iniciou uma *Campanha pelo Saneamento Moral da Cidade*. A partir de 1940, com o encerramento do *Caxias-Jornal*, o periódico *O Momento* assume o incentivo à campanha. Desse modo, segundo Matte (2008):

A reclamação dos moradores junto à pressão realizada pela imprensa pareceu surtir efeitos em algumas ocasiões. Ainda na década de 1940, diversos cabarés e bordéis localizados no centro foram fechados pela polícia e posteriormente transferidos pela prefeitura para região mais afastada, geralmente para a “zona do cemitério” que como já foi comentado anteriormente, já abrigava casas do baixo meretrício (ibidem, p. 151-152).

Embora esses esforços não fizessem cessar as denúncias e reclamações. Como destacado pela autora, o jornal *O Momento* encerrou suas atividades em 1948, quando o jornal *Pioneiro* é criado e gradativamente assume a *Campanha pelo Saneamento Moral da Cidade*.

CARNE, PEDRA E COMÉRCIO SEXUAL: A “LOCALIZAÇÃO DO MERETRÍCIO” (1948-1955)

A primeira menção do *Pioneiro* sobre a prostituição na cidade reafirma a leitura de Matté (2008), ao relatar que “na extremidade norte da rua Montauri estão localizadas quase todas as casas de meretrício da cidade” (O PIONEIRO, 09/02/1948). O movimento noturno era descrito como intenso, quando “indivíduos de índole perversa, possivelmente frequentadores dos prostíbulos” (ibidem), produziam depredações na “urbanização da [...] simpática e risonha cidade” (ibidem), além de proferir piadas e palavrões que faziam “corar até as pedras” (ibidem). Conforme o periódico, um policiamento contínuo naquela zona poderia pôr um fim nessas atitudes.

A partir de 1949, o periódico passa a dar continuidade à *Campanha pelo Saneamento Moral da Cidade*, através de

reportagens intituladas *Localização do meretrício*. Em fevereiro, a primeira reportagem assinada por “observador”, descreve a cidade afirmando que na “Metrópole do Vinho”, erguiam-se “desde a [...] humilde habitação do operário até o [...] confortável palacete do argenteiro, desde o simples armazém até a [...] imponente fábrica, construções inúmeras se sucedem sem parar” (PIONEIRO, 26/02/1949, p. 03).

Segundo o jornal, a região norte da rua Dr. Montauri, um antigo lamaçal tomado pelos mosquitos, metamorfoseava-se em um dos pontos mais atingidos pelo desenvolvimento com suas habitações particulares e o prédio amplo da *Cooperativa Madeireira Caxiense Ltda*, que ocupava a quadra inteira. Nas proximidades das ruas recém calçadas estava localizado o cinema *Cine Apolo*, se levantava o grande *Novo Hotel Brasil* e um pouco mais adiante se encontrava o *Abrigo São José*, dirigido pelos Padres Josefinos dedicados à recuperação de menores.

Destoando desse cenário, na extremidade da rua, “naquela zona de incessante e contínuo progresso, circundados por inúmeras famílias” (ibidem), se encontravam em pleno funcionamento “diversos prostíbulos” (ibidem). Esse contraste se estabelecia não só pela existência dessas casas, mas pelo comportamento daqueles envolvidos, que “além de perturbar a tranquilidade e sossego públicos [...] à noite, o meretrício na referida zona é, muitas vezes, causa de máos (sic) exemplos, corrupção e escândalos para as famílias vizinhas e para os menores do abrigo” (ibidem), e ainda, “não sendo raras as vezes que as marafonas perambulam, à noite, pela rua, em estado de embriaguez (sic)” (ibidem). Nesse sentido, considerava que;

Não se justifica, portanto, a permanência dos lupanares na zona indicada. Impõe-se a transferência das rameiras para local mais afastado da cidade e menos povoado. Urgem medidas e providências imediatas nesse sentido por parte dos poderes competentes. E a laboriosa população caxiense confia na ação pronta e radical das autoridades públicas, a bem da moral e da tranquilidade e a fim de que os forasteiros e veranistas que aqui procuram descanso, levem da nossa cidade uma ótima impressão. (ibidem)

Essa preocupação com os “forasteiros”, pode ser relacionado ao fato de que se esperava uma grande quantidade de visitantes com a proximidade das comemorações do 75º aniversário de colonização e a volta da *Festa da Uva*. No final do mês de abril de 1949, o *Pioneiro* (20/04/1949) descreve o entusiasmo da comissão organizadora com o retorno da festa e o pedido feito aos diretores da *Cooperativa Madeireira Caxiense* para que fossem cedidos os pavilhões, para a instalação dos stands da futura festa, e áreas livres das adjacências, para instalação de parques de diversões.

Nessa época, dando continuidade à campanha moralista, o periódico publica a colaboração do Padre Mariano Bonatto, diretor do *Abrigo São José*. No texto, não denuncia somente as casas de tolerância, como tece críticas aos que pernoitavam nos “covis de sensualidade”, além de cobrar posturas rígidas de pais e professores para que os jovens renunciassem a “Satan e suas satanices” e direcionar conselhos a juventude masculina caxiense:

Quantas ondas de gente descem para a zona das canhadas nesta cidade de Caxias do Sul, para se enxovalharem nas águas pútridas da libertinagem - que passos desditosos para eles, para seus filhos, e infelizmente para os que guardam nobreza e elevação moral em sua pessoa! [...] Enfim, nobre moço caxiense! Está de parabéns pela sua mocidade entusiástica, esperançosa... belo pelos traços sadios de sua fisionomia: jamais se desnorteie, tomando rumos esquivos; jamais se degrade, roubando de seu rosto aquele poema de candura e beleza, que a saúde moral faz habitar; jamais faça sua companhia nefasta daquele que o convida para a folia, para a pândega, para o recesso dos vícios mais hediondos. [...] Guarde seu afeto, suas energias, seu amor para engastá-lo um dia no coração daquela virtuosa companheira com a qual viverá dias venturosos sob o lábaro estrelado do Cruzeiro do Sul, fulgurando como ele num brilhar moral sobre Caxias do Sul. (PIONEIRO, 12/03/1949)

Gustavo Valduga (2012, p. 152-153), considera que, na RCI, o clero havia construído uma rede que permeava boa parte do tecido social e utilizava de “sua influência para higienizar

moralmente o ambiente urbano e manter sob seu controle, ou vigiar, a saúde do espaço que lhe julgava caber, [...] a impureza da urbe não podia prescindir da mão pesada da lei federal e da divina”. Nesse sentido, era comum essa interferência de figuras religiosas.

No início de 1950, entre as notícias da Câmara de Vereadores, destaca-se a “leitura e aprovação de um parecer encaminhado ao sr. Delegado de Polícia um abaixo assinado para retirada do meretrício de perto do Abrigo de Menores São José” (O PIONEIRO, 07/01/1950). De acordo com o periódico, o “extenso abaixo assinado enviado pelos moradores” (O PIONEIRO, 07/03/1950, p. 04) e o parecer das autoridades enviado ao delegado haviam sido produzidos no final do ano anterior. É provável que essa pressão do jornal, em conjunto com o padre, os moradores e vereadores, fosse em função da aproximação da *Festa da Uva*, que ocorreu em 25 de fevereiro de 1950, no local anteriormente previsto.

Através do ofício do delegado Pedro Tassis Gonzales em resposta ao parecer dos vereadores, publicado no periódico em março, pode-se identificar que não foi possível a realização da transferência das casas antes da realização da festa. Seu relato descreve que ele, em conjunto com o médico chefe do Posto de Higiene, Dr. Bortoluzzi, tomavam as medidas e faziam as condenações dos “antros de prostituição” (ibidem). E embora viessem tomando providências para o deslocamento, encontravam problemas em relação a uma nova localização.

O controle desse “pavoroso drama social” (ibidem) dependia do saneamento básico que não havia avançado na rua São João, onde se estudava alocar as casas de meretrício por ali já existir algumas, além de distanciar ainda mais da região da praça Dante Alighieri, sentido norte da rua Dr. Montauray. Para que o saneamento moral dos costumes pudesse seguir, esperava-se medidas legislativas e o estabelecimento de um plano ordenado e definitivo para o zoneamento.

Embora nenhum plano definitivo pareça ter sido posto em prática, nessa época as casas de tolerância passaram a ser transferidas para as proximidades de uma área florestal,

posteriormente conhecida como Mato Sartori, na referida rua São João. Além disso, o Código de Posturas, reformulado em 1951 e publicado no jornal, passou a conter uma seção específica para o funcionamento de *dancings* e *boites*, proibindo o funcionamento em áreas residenciais;

SECCÃO II DANCINGS E BOITES

Art. 82 - A instalação e funcionamento de dancings e boites dependem de prévia licença da Municipalidade, sem prejuízo de exigências estabelecidas em leis ou regulamentos federais e estaduais que regem a matéria.

Art. 83 - A localização de dancings, ou de estabelecimentos que perturbem o sossego e o decoro da população não será permitida em zona residencial nem central. (O PIONEIRO, 02/08/1951)

A rua São João e as adjacências, indicavam ser a localidade delimitada para a prostituição, pois passaram a ser nomeadas como Zona do Meretrício, conforme notícia sobre medidas de restrição policial “contra aqueles que se dirigem à zona do meretrício armados” (O PIONEIRO, 06/08/1951), evidenciando os conflitos ocorridos naquele espaço. Para Mara Scotti (2010, p. 15) a região se configurou num dos redutos de comércio sexual mais famosos da cidade, “ali foram construídas várias casas em todo o percurso da referida rua, tanto no lado esquerdo como no lado direito”.

Porém, essa localização parece ter se mantido somente por alguns anos, pois “com o crescimento da cidade, não era de bom-tom a existência de casas de tolerância vizinhando com moradias familiares” (ibidem). O mesmo é atestado pelo *Pioneiro* no início de 1955, ao relatar que “as autoridades policiais estão tomando providencias no sentido da zona do meretrício localizar-se fora do perímetro residencial” (O PIONEIRO, 05/02/1955), com o prazo de 90 dias para execução e com a nova localização “a margem da estrada federal, em pontos em que não existem residências, nem estabelecimentos industrial e comerciais” (ibidem). Em seguida, parabeniza a ação policial:

A iniciativa merece louvores, porquanto as casas de tolerância existentes na Avenida São João, cujo número se eleva a mais de uma dezena, vem constituindo sério entrave ao desenvolvimento daquela zona da cidade, situada a quatro ou cinco quadras do coração da cidade. (ibidem).

De acordo com Silva (2018), a estrada federal, atual BR-116, foi inaugurada no início dos anos 1940, em seu traçado original não passava por Caxias do Sul, mas a Prefeitura Municipal e a Associação dos Comerciantes pressionaram o governo para incluir a cidade no trajeto da rodovia. Até fins da década, não havia muitos moradores no entorno e pouco tráfego, pois o eixo de expansão urbana direcionava-se para vias do oeste, por servirem de ligação rodoviária e ferroviária com Porto Alegre. Aos poucos, foi atraindo populações para seu redor.

No final de abril daquele ano, o jornal apresenta atualizações da *localização do meretrício*. Com um acordo firmado entre a Delegacia de Polícia local e as proprietárias das casas, a transferência do “comércio carnal” (O PIONEIRO, 30/04/1955, p. 12) deveria ocorrer, no período entre 03 de fevereiro e 03 de maio, para as imediações da BR 116. Antes do vencimento, o prazo já demonstrava ser insuficiente em função da falta de casas, água e energia elétrica no local fixado pela delegacia e as donas e inquilinas das casas tentavam um afrouxamento da data prevista.

Contudo, o Sr. Modesto Dias dos Santos, delegado do período, em contato com o prefeito, Sr Hermes Weber, mantinha-se irredutível em relação à prorrogação do período de transferência. Como a localização fixa para o meretrício era uma preocupação de anos, tinha-se a intenção de a partir de 04 de maio, ao vencer o prazo, fechar todas as casas de tolerância, não somente aquelas localizadas na rua São João, mas também os *dancings* e *boites*, como a conhecida “O.K.”, da Zona do Cemitério.

No mês seguinte, o *Pioneiro* relata que “as infelizes mulheres” (O PIONEIRO, 07/05/1955) estimuladas por rumores sobre interesses obscuros da polícia referente a nova localização da Zona e por influência de elementos indiferentes à situação de

constrangimento das famílias que residem nas vias públicas, não apressaram a mudança e tão pouco se preocupavam com os avisos, acreditando que a polícia não tinha autoridade e competência para as expulsarem.

O delegado, ao negar qualquer negócio escuso em torno dos terrenos situados no local indicado, assegurou, mediante apresentação de casos concretos, tomar providências sobre qualquer ocorrência do tipo. De acordo com ato baixado pelo mesmo, no dia posterior ao fim dos 90 dias, todas as casas de tolerância estavam sujeitas a permanente e rigorosa fiscalização policial, sendo proibida aglomeração e o funcionamento de bares, mercadinhos e *dancings*.

Além disso, o Sr. Modesto Dias dos Santos procurou esclarecer os comentários de que sua medida deixaria as mulheres desabrigadas. Afirmando que, na realidade, as casas teriam permissão para funcionamento até a meia noite enquanto aceleravam as ações para proporcionar as moradias das interessadas na nova localização. Além disso, as ações, com previsão de realização nos meses seguintes, diziam respeito ao desenvolvimento da extensão de rede de água e a instalação de um destacamento da Brigada Militar no local designado.

Mara Scotti (2010, p. 19), elucida como se deu a construção das casas e a formação da Vila Jardim, região de locação da Zona do Meretrício nesse período;

Eliseu Rech era proprietário de terras situadas acima da BR 116, mais precisamente, localizadas no km 148. Ele as vendeu para Vitor De Lazer e Amadeu Perini, que tinham a intenção de fazer um loteamento com o nome 'Vila Jardim'. Após a aquisição, os novos proprietários dividiram a área de terras em lotes. Em seguida, contrataram os construtores Antônio Costa e sua esposa Maria para construírem as casas. A instalação elétrica ficou a cargo do eletricitista João Andriguetti. Tão logo foi concebida a construção das casas, as boates e casas de tolerância – antes situadas nas proximidades do centro foram transferidas para a Vila Jardim. A transferência aconteceu na década de 1950. Omar Pires da Silva que atendia pelo apelido de 'Nenê' foi um dos transportadores. Ele e sua equipe fizeram quatro mudanças. Carregavam roupas, móveis e objetos que faziam parte da

decoreação dessas casas. E foi assim que surgiu um novo bairro em Caxias do Sul: a Vila Jardim.

Quando o antigo proprietário descobriu que as terras loteadas iriam abrigar as casas de prostituição, teria ficado “muito bravo”, afirmando: “não vendi minhas terras para construírem um Tabaré (sic) (cabaré)” (ibidem, p. 21), embora isso não tenha interferido na organização da vila. A partir de então, o deslocamento constante de pessoas do espaço urbano para o espaço identificado como “curva da zona”, por se situar em uma curva acentuada, levaria ao surgimento de uma “comunidade [que] era praticamente organizada por mulheres” (ibidem, p. 19).

De início, não contava com saneamento básico e a ausência de água era superada com o abastecimento feito por caminhões e coleta em fontes próximas, atividade realizada principalmente por crianças, em troca de pequenos pagamentos. A concretização do saneamento na Vila Jardim ocorreria somente no final de 1956, de acordo com a justificativa do Pioneiro; “fazia-se necessária a extensão já que a zona do meretrício por questão de higiene, exigia um serviço de água potável, embora até a presente data fosse servida pelos caminhos tanque do Corpo de Bombeiros” (O PIONEIRO, 10/11/1956, p. 12).

Nessa época, provavelmente pelo desdobramento das ordens contidas no Código de Posturas e a efetivação da campanha de localização do meretrício, buscava-se o “isolamento de casas populares do recinto familiar” (O PIONEIRO, 11/08/1956) e as meretrizes que fossem pegas “explorando meretrício em zona proibida” (ibidem) corriam o risco de serem detidas pela polícia. Nas palavras de Camaru (2020, p. 180) “assim, a ação política e econômica de determinados agentes locais havia propiciado uma paliativa ‘higienização’ ao passo que constituído um novo território urbano, idealizado para, de certo modo, confinar os percebidos como indesejáveis”.

Embora essa discussão não caiba neste trabalho, visto que o objetivo foi abordar a formação da Zona do Meretrício de Caxias do Sul, ela se manteve, ainda que nesse período em condições precárias, até o início dos anos 1990. Conforme atesta o *Pioneiro* (O PIONEIRO, 20/05/1991), este que foi um dos

narradores que acompanhou e participou de seu nascimento, desenvolvimento e queda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o espaço urbano e os corpos que ali habitam, desde o início do processo de colonização, foi uma preocupação de autoridades e representantes do poder político e social em Caxias do Sul. A terra dividida em formato de tabuleiro de xadrez é somente uma das representações de uma sociedade que buscava a organização do território e da morfologia urbana através da segregação socio-étnica-espacial daqueles considerados como indesejáveis. Nos anos 1950, a existência dos espaços de prostituição e das meretrizes na região central e em zonas residenciais era considerada uma “patologia urbana” antiga, sabe-se que desde a década de 1930 eram propostas campanhas de transferência. Esse cenário destoava do “perfil de cidade do trabalho” (BALDISSERA, 2011, p. 83) e da imagem progressista que gostariam de transparecer, principalmente em momentos festa com a presença de visitantes.

A formação da Zona de Meretrício de Caxias se assemelha as políticas higienistas do contexto nacional. Margareth Rago (2007, p. 92), aponta que a partir do século XIX a nova economia do sexo no Brasil foi inspirada no sistema de regulação das práticas sexuais criado na França e instituída que:

As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pelas administrações e autoridades sanitárias. [...] Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentarias defendiam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais.

Nesse sentido, o confinamento da prostituição em um local específico não buscava somente a higienização do espaço central, mas colocar em jogo um projeto disciplinar, visto que ao alocar as meretrizes nessa região se obteria maior controle

policial e sanitário. Ainda, na transferência das meretrizes para a Vila Jardim “nota-se que a prostituição não seria somente opção para delinquentes e desocupados, mas que poderia envolver a ação financeira e política de muitos agentes locais” (COMARU, 2020, p. 180). Isso se deve ao fato de que, embora seja provável que as mulheres organizassem aquela comunidade, as casas não pertenciam propriamente a elas, mas dependiam de pagamento de aluguel aos locadores.

O Pioneiro, assim como a tradição jornalística que o antecedeu, buscou a associar a prostituição com os vícios e o crime. Enquanto saudava os feitos dos imigrantes e descendentes, propondo homenagens e comemorações que reforçavam essa percepção, em conjunto com uma elite social e econômica propiciou o confinamento das meretrizes. Assim, a prostituição, sob pressão da imprensa, de moradores e de autoridades políticas, policiais, médicas e religiosas, tenderia a ser isolada em um local específico, designado na margem da estrada federal, BR 116, distante o suficiente da área urbana central, residencial e industrial e aglomerada o bastante para ser vigiada e controlada. Entretanto, “repelida a prostituição organizada, restaria a indisfarçável favelização do entorno da zona central da cidade, onde continuavam a residir os moradores sem trabalho, pobres e periféricos” (ibidem).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMARIAS

VANDALISMO. PIONEIRO, 09/02/1948, ano 1, n. 6, capa. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A localização do meretrício. OBSERVADOR. PIONEIRO, 26/02/1949, ano 1, p. 03. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

Preocupação de “O PIONEIRO” pelo bem público. PIONEIRO. 19/03/1949, ANO 1, N. 20, capa. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A localização dos pavilhões para a grandiosa Festa da Uva de 1950. PIONEIRO, 30/04/1949, ano 1, n. 27, capa. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A localização do meretrício. PIONEIRO, 12/03/1949, N° 19, p. 08. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

Câmara municipal. PIONEIRO. 07/01/1950, ano 2, n. 10, capa. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A Localização do meretrício. PIONEIRO. 07/03/1950, ano 2, n. 28, p. 04. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

Código de Posturas para o município de Caxias do Sul. PIONEIRO. 02/08/1951, sem número da edição, sem página. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

Incendio. PIONEIRO. 06/08/1951, sem número da edição, sem página. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

Localização do meretrício. PIONEIRO. 05/02/1955, ano 6, n.14, capa. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A localização do meretrício. PIONEIRO. 30/04/1955, ano 6, n. 27, p. 12. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A localização do meretrício. PIONEIRO. 07/05/1955, ano 6, n. 28, p. 12. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A semana policial. PIONEIRO. 11 de agosto de 1956. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A diretoria de Saneamento informa: Rede de água até a Vila Jardim. PIONEIRO. 10/11/1956, ano IX, n.3, p. 12. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

A prostituição encarada como modo de vida. PIONEIRO. 20/05/1991, ano 43, n. 4831, p. 16. Disponível em: O Pioneiro (RS) - 1948 a 2002 - DocReader Web (bn.br)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Arlene; GIRON, Loraine Slomp; GIROTTO, Maria Giuseppina Paim. **Lembranças de Vacaria**. Secretaria Municipal de Educação. 2013.

BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. **Moral e sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloramento na comarca de Caxias do Sul – 1900 – 1950**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2014.

BALDISSERA, Doris. **Apropriação de espaços públicos em centros urbanos: Caxias do Sul 1910-2010**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

BOSSI, Ricardo. **"Terras que o tempo converterá em ouro": estudo histórico-urbanístico da legislação e o plano diretor de Caxias do Sul - 1953**. Dissertação (Mestrado). - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

CASTRO, Pedrina Barros de. O monolinguismo nacionalista do Estado Novo nas páginas da Revista de Imigração e Colonização. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 32, n. 62, p. 23-44, 30 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Plano Integrado de Desenvolvimento do município de Caxias do Sul. Secretaria Municipal de Habitação, 2010.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; MARCOLIM, Marcell Costa. Festa e Espaço Urbano: A Festa da Uva em sua Relação com a Cidade de Caxias do Sul-RS (Brasil). **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 9(IV), out-dez, 2017. (p. 537-556).

COMARÚ, Itamar Ferretto. Letras nos jornais, sexo nas ruas... a prostituição infantil, em terras de imigrantes, é coisa d'O Momento. **Revista Científica Digital - Publicidade e propaganda, Jornalismo e Turismo**. Junho de 2018 (p. 106-120).

COMARÚ, Itamar Ferretto. **Cidades Rebeldes, Efervescentes e Educadoras: Em Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente?**. Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2020.

CORRÊA, Gabriele O.; NUNES, Maria Fernanda de O.; BARROSO, Aline; GULLO, Maria Carolina. Industrialização e sub-habitação em Caxias Do Sul. **Diálogo Canoas**, n. 21 p. 173 - 205 jul-dez. 2012. (p. 173 - 205).

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. Editora Planeta, 2014.

ENGEL, Magali Gouveia. **Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. SP, Ed. Brasiliense. 1989.

ERBES, Luiz Carlos. **A alma de um povo: 7 décadas da Festa da Uva**. Caxias do Sul, RS: Maneco. 2000.

FEDATTO, C. P. Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: vontades de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Gral, 1988.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 171-187, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. O Som do Silêncio: sexo e prostituição na colônia. IN: **Coletânea Cultura e Saber/UCS**. V. 3, n.2, Caxias do Sul: 1999. (p. 117 a 134).

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania B. M. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)** – Dissertação (Mestrado) – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MATTÉ, Aline Karen. **Prazeres velados e silêncios suspirados sexualidade e contravenções na Região Colonial Italiana (1920-1950)**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre. 2008.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900 – 1940)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis – SC 166 p. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PORTO, Erick da Silva. **“Quer acender uma vela a deus e outra ao diabo” as (não) mudanças discursivas do integralista Luiz A. Compagnoni - jornal Pioneiro 1948-1950**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade de Caxias do Sul. 2021.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional (1897-1997)**. Caxias do Sul: EDUCS. 2004.

POZENATO, José Clemente. **Processos Culturais: Reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul, EDUCS, 2003.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar**. Brasil 1890-1930. São Paulo:Paz e Terra, 2007.

RAMPANELLI, Karine. **Moral e sexualidade em Caxias do Sul na década de 30: prostituição e poder**. Monografia (graduação). Universidade de Caxias do Sul. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

SCOTTI, Mara. **Histórias da curva da zona**. Editora Gente, Caxias do Sul, 2010.

SENNET, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SIGNORI, Luiza; SANTOS, Maurício Rossini dos. “SE O CEMITÉRIO NÃO EXISTISSE, TUDO SERIA O BAIRRO” O(s) territórios e a imaginação. **CIDADANIA & TERRITÓRIO II**. v. 6 n. 23. 2022. (p. 138-150).

SILVA, Túlio dos Reis da. **A história do crescimento urbano de Caxias do Sul: do milagre econômico à redemocratização**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, PUCRS, 2013.

VALDUGA, Gustavo. **Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)**. Tese de Doutorado. PUCRS, 2012.

Recebido em: 23/07/2023
Aprovado em: 12/12/2023